

REC LOG 331
Empreendimentos
Imobiliários S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do passivo a descoberto / patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

REC Log 331 Empreendimentos Imobiliários S.A

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da REC Log 331 Empreendimentos Imobiliários S.A, (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REC Log 331 Empreendimentos Imobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2024 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Valor recuperável e valor justo das propriedades para investimentos

Notas explicativas nº 3.7 e nº 9 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>As propriedades para investimento são apresentadas nas demonstrações financeiras pelo valor de custo reduzido pela depreciação calculada pelo método linear e considerando a vida útil econômica dos bens, e caso o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, determinado pelo maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso, é registrada uma perda por redução ao valor recuperável, devendo divulgar o seu valor justo nas notas explicativas.</p> <p>A determinação do valor justo e do valor recuperável desses ativos leva em consideração a projeção dos fluxos de caixa descontados utilizando premissas suportadas nas condições de mercados existentes, tais como, projeção de receitas futuras de aluguel, vacância e taxa de desconto.</p> <p>A definição dessas premissas envolvem um alto grau de julgamento da Companhia e qualquer alteração das mesmas pode afetar significativamente a estimativa do valor justo e do valor recuperável desses ativos nas demonstrações financeiras. Como consequência consideramos esse assunto como relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:</p> <ul style="list-style-type: none">- com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade e a consistência dos dados e premissas utilizados na preparação desse estudo, tais como: receitas projetadas, vacância, taxas de desconto e de capitalização.- com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos a adequação dos cálculos matemáticos incluídos no estudo e a metodologia aplicada.- avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras principalmente quanto às premissas e metodologia adotadas na avaliação do valor justo e do valor recuperável das propriedades para investimentos. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis a mensuração do valor recuperável das propriedades para investimentos e as divulgações do valor justo e do valor recuperável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de abril de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Thais de Lima Rodrigues Leandrini
Contadora CRC-1SP280836/O-5

REC LOG 331 Empreendimentos Imobiliários S.A.
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	2.024	2023	Passivo e passivo a descoberto (patrimônio líquido)	Nota explicativa	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.750	3.837	Contas a pagar	10	35.134	32.142
Contas a receber	6	425	1.154	Empréstimos e financiamentos	12	21.548	30.152
Adiantamentos a fornecedores		-	29	Adiantamento de clientes	13	1.554	16.044
Impostos e contribuições a compensar	7	1.577	1.290	Contas a pagar - partes relacionadas	11	-	157
Despesas antecipadas		435	266	Obrigações fiscais		176	155
Total do ativo circulante		<u>7.187</u>	<u>6.576</u>	Outros passivos circulantes		2	1
				Total do passivo circulante		<u>58.414</u>	<u>78.651</u>
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber	6	-	1.154	Empréstimos e financiamentos	12	157.409	281.493
Títulos e valores mobiliários	8	12.172	11.624	Impostos diferidos	20	6.181	13.484
Impostos diferidos	20	15.142	10.624	Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	15	770	676
Propriedades para investimentos	9	202.620	343.305	Total do passivo não circulante		<u>164.360</u>	<u>295.653</u>
Total do ativo não circulante		<u>229.934</u>	<u>366.707</u>	Passivo a descoberto/Patrimônio líquido			
				Capital social	16	49.100	16.123
				Prejuízo do exercício		(34.753)	(17.144)
				Total do passivo a descoberto (patrimônio líquido)		<u>14.347</u>	<u>(1.021)</u>
Total do ativo		<u>237.121</u>	<u>373.283</u>	Total do passivo e passivo a descoberto (patrimônio líquido)		<u>237.121</u>	<u>373.283</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REC LOG 331 Empreendimentos Imobiliários S.A.

Demonstração do resultado

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	2024	2023
Receita líquida	17	21.040	46.868
Custo dos serviços prestados	9	<u>(6.071)</u>	<u>(9.075)</u>
Lucro bruto		14.969	37.793
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(4.674)	(13.231)
Provisão para ajuste ao valor recuperável	9	(14.886)	(3.892)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>688</u>	<u>329</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		(3.903)	20.999
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	19	(26.828)	(46.123)
Receitas financeiras	19	<u>1.698</u>	<u>2.497</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(25.130)</u>	<u>(43.626)</u>
(Prejuízo)/Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		(29.033)	(22.627)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	20	(357)	(3.942)
Diferidos	20	<u>11.781</u>	<u>7.775</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u>(17.609)</u>	<u>(18.794)</u>
(Prejuízo)/lucro por ação - R\$	16	(0,08)	(0,14)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REC LOG 331 Empreendimentos Imobiliários S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais - R\$)

	2024	2023
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	(17.609)	(18.794)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(17.609)</u></u>	<u><u>(18.794)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REC LOG 331 Empreendimentos Imobiliários S.A.
Demonstração das mutações do passivo a descoberto (patrimônio líquido)
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Reservas de lucros		Prejuízo do exercício	Total
		Subscrito	A integralizar	Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		151.452	(63.468)	1.650	22.916	-	112.550
Incorporação das reservas no capital social	16	22.916	-	-	(22.916)	-	-
Cisão parcial	16	(153.903)	-	-	-	-	(153.903)
Integralização de capital	16	-	59.126	-	-	-	59.126
Prejuízo do exercício	16	-	-	-	-	(18.794)	(18.794)
Absorção de prejuízo	16	-	-	(1.650)	-	1.650	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		20.465	(4.342)	-	-	(17.144)	(1.021)
Cisão parcial	16	(108.767)	-	-	-	-	(108.767)
Integralização de capital	16	-	141.744	-	-	-	141.744
Aumento de capital	16	200.000	(200.000)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	16	-	-	-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	16	-	-	-	-	(17.609)	(17.609)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		111.698	(62.598)	-	-	(34.753)	14.347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REC LOG 331 Empreendimentos Imobiliários S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais - R\$)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(29.033)	(22.627)
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Juros e encargos financeiros líquidos	23.788	44.366
Custo de transação amortizado	462	462
Depreciação e amortização	6.072	9.075
Provisão/(reversão) para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	94	72
Provisão para ajuste ao valor recuperável	14.886	3.892
Receita financeira de títulos e valores mobiliários	(548)	(1.248)
Provisão para devedores duvidosos	-	9.160
Variação nos ativos operacionais:		
Contas a receber	708	(2.144)
Impostos e contribuições a compensar	(644)	664
Adiantamento de fornecedores	15.945	(907)
Outros ativos	-	188
Despesas antecipadas	(437)	170
Variação nos passivos operacionais:		
Contas a pagar	2.992	(7.587)
Contas a pagar - partes relacionadas	(157)	(1.958)
Adiantamento de clientes	(14.490)	9.545
Obrigações fiscais	(19)	(305)
Outros passivos	1	2.814
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(5.103)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>19.620</u>	<u>38.529</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições as propriedades para investimentos	(3.520)	(20.608)
Baixas as propriedades para investimentos	7	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(3.513)</u>	<u>(20.608)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de principal de empréstimos	(132.778)	(22.044)
Pagamento de juros de empréstimos	(24.160)	(45.106)
Dividendos e JCP pagos	141.744	(14.222)
Integralização de capital social	-	59.126
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(15.194)</u>	<u>(22.246)</u>
Redução (aumento) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	<u>913</u>	<u>(4.325)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	3.837	8.162
No fim do exercício	<u>4.750</u>	<u>3.837</u>
Redução (aumento) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	<u>913</u>	<u>(4.325)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Valores expressos em milhares de reais - R\$)*

1 Contexto operacional

A REC LOG 331 Empreendimentos Imobiliários S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Sede da Companhia está localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 5º andar.

A Companhia tem por atividade preponderante: (1) o investimento e a participação em outras sociedades, empreendimentos e outras formas de associação, como sócia, acionista ou cotista; (2) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (3) alienar, adquirir, locar e administrar imóveis próprios de qualquer natureza; e (4) desenvolver e implementar estratégias de marketing relativas a empreendimentos imobiliários próprios.

A Companhia possui um total de 3 galpões situados em Irajá, totalizando aproximadamente 57.486 m² de área locável. Entre esses galpões, 40% estão ocupados por 2 locatários e 60% estão vagos. A Companhia está em desenvolvimento de novos 3 galpões com área locável total de 89.899 m² com previsão de conclusão em janeiro de 2028.

A GLP Capital Partners Gestão de Recursos e Administração Imobiliária Ltda (GCP) é responsável pela gestão das operações e assume determinados custos corporativos decorrentes da estrutura utilizada.

Situação econômica e financeira

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$51.227 (R\$72.075 negativo em 2023) decorrente do volume de gastos necessários para a construção de suas propriedades para investimento. O capital circulante negativo se deve ao fato de que embora existam contratos de locação firmados de longo prazo, o contas a receber é registrado por competência. Além da política de caixa mínimo na Companhia, de maneira que caso seja necessário o fundo de gestão, realiza aportes para a Companhia cumprir suas dívidas e obrigações.

Operação societária

Em 1 de outubro de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a cisão do acervo da Companhia no montante de R\$174.241, resultando em redução do capital social no montante de R\$153.903.

A cisão acarretará a simplificação da estrutura acionária e redução de atividades administrativas e custos operacionais da Companhia.

Os ativos e passivos cindidos estão relacionados a seguir:

Descrição	R\$
Ativos	
Contas a receber	6.501
Adiantamentos	956
Propriedade para investimento	166.784

Passivos	
Adiantamento de clientes	16.426
Outros passivos	3.912
Capital social	153.903
	<hr/>
Acervo cindido	174.241

A Companhia não efetuou a avaliação dos valores justos dos ativos e passivos devido ao fato de que a operação se refere a transação entre empresas relacionadas, cujo acionista é o mesmo do Grupo controlador da Companhia, caracterizando como uma transação de capital.

Em 19 de dezembro de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a cisão do acervo da Companhia no montante de R\$124.683, resultando em redução do capital social no montante de R\$108.767.

A cisão acarretará a simplificação da estrutura acionária e redução de atividades administrativas e custos operacionais da Companhia.

Os ativos e passivos cindidos estão relacionados a seguir:

Descrição	R\$
Ativos	
Contas a receber	1.175
Adiantamentos	446
Propriedade para investimento	123.240
Passivos	
Outros passivos	15.916
Capital social	108.767
	<hr/>
Acervo cindido	124.683

A Companhia não efetuou a avaliação dos valores justos dos ativos e passivos devido ao fato de que a operação se refere a transação entre empresas relacionadas, cujo acionista é o mesmo do Grupo controlador da Companhia, caracterizando como uma transação de capital.

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetuou uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades e não identificou dúvidas da capacidade operacional.

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 10 de abril de 2025.

3.2 Uso de estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em uma alteração no próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos:

a. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

As estimativas prováveis e possíveis são avaliadas de acordo com o andamento dos processos, que estão sujeitos à interpretação de cada jurisprudência, o que pode ter uma variação da avaliação inicial dos advogados e posteriormente avaliada pela Administração, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15. A contingência possível é divulgada apenas como informação na nota explicativa diferentemente da provisão provável onde é realizada a sua contabilização.

b. Divulgação do valor justo das propriedades para investimento

Utilizamos o método do fluxo de caixa descontado para definir o valor justo das nossas propriedades, o qual as premissas estão detalhadas na Nota Explicativa nº 9.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (“inputs”) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
 - **Nível 2:** “inputs”, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
 - **Nível 3:** “inputs”, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).
- (a) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment).

A Administração estabelece procedimentos para contabilização de ajuste para perdas por desvalorização de suas propriedades para investimentos conforme detalhado na Nota Explicativa nº 3.2.

- (b) Contas a receber e provisão para perdas de créditos esperadas. A Administração segue as premissas e normas adotadas para cálculo conforme detalhado na Nota Explicativa nº 3.5.

3.3 Apuração das receitas de aluguéis das propriedades para investimento

As receitas de aluguéis resultantes de arrendamentos mercantis operacionais das propriedades para investimento são reconhecidas de forma linear ao longo do prazo dos compromissos de arrendamento mercantil. A Companhia não possui contratos de locação com componentes variáveis.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, que se equiparam ao valor de custo considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos períodos.

3.5 Contas a receber e provisão para perdas de créditos esperadas

Estão apresentadas a valores de realização, sendo a provisão para perdas de créditos esperadas calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis na realização das contas a receber.

Mensalmente a Companhia realiza a análise do contas a receber e faturas em atraso e quando o atraso da fatura do cliente fica superior a 90 dias é realizada a provisão de 100% do saldo em aberto.

Ao final de cada exercício é realizada uma análise complementar para atender os requisitos do CPC 48. Essa revisão é feita com base no histórico de contas a receber versus os saldos em atraso de clientes nos últimos 3 (três) anos e adotamos as taxas médias ponderadas abaixo para reconhecer as perdas esperadas dos títulos vencidos:

Taxa média ponderada de perda estimada	%
1 a 30 dias em atraso	4,86%

31 a 60 dias em atraso	29,70%
61 a 90 dias em atraso	29,17%

É verificado qual o percentual de necessidade de provisão por faixa de atraso e utilizando-se desse indicador é calculado o montante a ser provisionado, sobre o saldo vencido na data-base.

Com o resultado desta análise, a Companhia efetua, se necessária a complementação da provisão atual, ou ainda, caso o montante da provisão apurada for menor que a provisão já constituída, não ocorrerá uma reversão, uma vez que a análise por cliente é qualitativa.

3.6 Provisão para imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social estão apresentadas nas rubricas “corrente” e “diferido” nas demonstrações do resultado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente do regime de apuração do Lucro Real Anual. O imposto de renda é calculado pela alíquota regular de 15% (acrescida de adicional de 10% sobre lucros anuais excedentes a R\$240 mil), e a contribuição social pela alíquota de 9%. Em 2024 e 2023 a empresa está enquadrada no regime de tributação do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados às alíquotas pelas quais as diferenças temporárias serão efetivamente tributadas, de acordo com a legislação fiscal. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

3.7 Propriedades para investimentos

São propriedades mantidas para obter renda com aluguéis. As propriedades para investimento são mensuradas ao custo, incluindo custos da transação, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base na vida útil do ativo. O valor justo das propriedades para investimento é divulgado, conforme nota explicativa nº 9.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

3.8 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passado, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

São provisionadas quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando as perdas forem avaliadas como prováveis, mas os montantes envolvidos não forem mensuráveis com suficiente segurança, ou quando as probabilidades de perdas são consideradas possíveis, são divulgadas em nota explicativa. Os demais riscos referentes a demandas judiciais e administrativas, cuja probabilidade de perda é considerada remota, não são provisionados e nem divulgados.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que seja recuperado de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.9 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - “impairment”

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e caso o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

3.10 Demais provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

3.11 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo valor justo ou custo amortizado. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado (caixa e equivalentes de caixa).

Os ativos financeiros por meio do resultado são demonstrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua mensuração são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros registrado ao custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros registrados ao custo amortizado.

Passivos financeiros registrados ao custo amortizado

Os passivos financeiros (incluindo empréstimos e outras contas a pagar) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.12 Prejuízo (lucro) básico e diluído por ação

Calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, usando a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

Não há diferença entre prejuízo básico e diluído por ação, pois não há instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

4 Pronunciamentos contábeis

- **Novos requerimentos atualmente em vigor**

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2024	Passivo não circulante com covenants e Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40). Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06)

A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2024.

- **Futuros requerimentos**

A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A adoção antecipada não é permitida para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2025, o que se aplica a esta Companhia.

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2025	Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS21)

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e bancos	1	-
Aplicações financeiras (a)	4.749	3.837
Total	<u>4.750</u>	<u>3.837</u>

- (a) As aplicações financeiras estão representadas por aplicações em renda fixa, remuneradas à média de 10% prefixado e 97,00% (97% em 2023) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Estas operações possuem liquidez diária, sem multas, restrições ou alterações no percentual de rentabilidade por resgate antecipado e/ou com vencimentos inferiores a 90 dias com perdas insignificantes no valor.

6 Contas a receber

	31.12.2024	31.12.2023
Contas a receber de aluguéis (i)	-	897
Contas a receber – linearização (ii)	10.187	11.272
Provisão para perdas de créditos esperadas	(9.861)	(9.861)
Contas a receber - condomínio	99	-
Total	<u>425</u>	<u>2.308</u>
Circulante	425	1.154
Não circulante	-	1.154

- (i) Os contratos vigentes de arrendamentos mercantis são atualizados anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e não existem cláusulas de recebimentos contingentes, pois as cláusulas não foram pactuadas considerando variáveis de vendas, índices futuros ou correlatos.
- (ii) Refere-se à diferença entre a vigência dos contratos de locação e os períodos de pagamentos, com o intuito da receita ser reconhecida de forma linear.

A Companhia constitui provisão para perdas esperadas de créditos para 100% das contas a receber vencidas há mais de 90 dias, uma vez que, com base na sua experiência histórica, contas vencidas há mais de 90 dias geralmente não são mais recuperáveis. O valor provisionado refere-se ao atendimento do CPC 48 com base no histórico de perda, assim não temos nenhum contrato com vencimento superior aos 90 dias.

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	31.12.2024	31.12.2024
Saldo no início do exercício	(9.861)	(701)
(+) Adições	-	(9.861)
(-) Reversões	-	701
Saldo no fim do exercício	<u>(9.861)</u>	<u>(9.861)</u>

O vencimento das contas a receber em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim representado:

	31.12.2024	31.12.2023
A Vencer	425	2.303
Até 30 dias (a)	9.861	9.866
Saldo no fim do exercício	10.286	12.169

- (a) Excepcionalmente a Companhia realizou a provisão para o locatário com prazo inferior aos 90 dias em virtude de negociações vigentes para conclusão do contrato de locação em vigor.

Aluguéis mínimos futuros para os contratos vigentes

	31.12.2024	31.12.2023
Ano de 2024	-	23.549
Ano de 2025	6.474	22.649
Ano de 2026	5.530	22.649
Ano de 2027	5.530	22.649
Ano de 2028	5.530	22.649
Ano de 2029	5.069	13.212
Total	28.133	127.357

7 Impostos e contribuições a compensar

	31.12.2024	31.12.2023
Imposto de renda a recuperar	780	921
Antecipação de imposto de renda	269	-
Contribuição social recuperar	259	328
Imposto de renda sobre aplicação – IR	269	41
Total	1.577	1.290

8 Títulos e valores mobiliários

	31.12.2024	31.12.2023
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	12.172	11.624

Refere-se ao valor depositado em CDB referente à parcela do preço de aquisição do imóvel da Companhia ainda em processo de discussão. Tal recurso está sendo remunerado por 97,00% do CDI (97,00% em 2022).

9 Propriedades para investimentos

	Vida útil média em anos	31.12.2024	31.12.2023
Terrenos		77.329	94.669
Edificações, instalações e outros	40	108.995	253.158
Obras em andamento (a)		71.648	69.956
Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”) (b)		(29.646)	(14.760)
Depreciação acumulada (c)		(21.253)	(47.758)
Amortização acumulada (d)		(4.453)	(11.960)
Total		202.620	343.305

- (a) Refere-se ao valor remanescente das áreas comuns (infraestrutura do parque logístico) que ainda serão transferidas em conexão com a finalização das obras.
- (b) A provisão refere-se à redução do valor justo da propriedade em função do aumento da taxa de desconto e taxa de capitalização, refletindo neste montante a redução no Fluxo de Caixa descontado de 2023 para 2024, em aproximadamente R\$14.886 em 2024 (R\$3.892 em 2023) no Galpão GLP Park Irajá. Os valores recuperáveis são avaliados individualmente por galpão.
- (c) Em 2024, a Companhia registrou um montante de R\$ 5.020 (R\$7.511 em 2023) referente a depreciação das propriedades, que compõem os custos dos serviços prestados apresentado nas demonstrações de resultado da Companhia.
- (d) Refere-se a amortização acumulada da mais valia dos edifícios da Companhia. A Companhia registrou um montante de R\$ 1.051 (R\$1.564 em 2023), referente a amortização de mais valia dos edifícios, que compõem os custos dos serviços prestados apresentado nas demonstrações de resultado da Companhia

Movimentação das propriedades para investimentos

Descrição	Saldo em 31.12.2023	Acervo cindido	Provisão para redução ao valor recuperável	Adições	Baixa (i)	Depreciações e Amortizações	Saldo em 31.12.2024
Terrenos	94.669	(17.339)	-	-	-	-	77.330
Edificações e instalações	193.440	(104.080)	-	-	-	(6.072)	83.288
Obras em andamento	69.956	(1.821)	-	3.520	(7)	-	71.648
Provisão para redução ao valor recuperável	(14.760)	-	(14.886)	-	-	-	(29.646)
Total	343.305	(123.240)	(14.886)	3.520	(7)	(6.072)	202.620

Descrição	Saldo em 31.12.2022	Provisão para redução ao valor recuperável	Adições	Baixa (i)	Depreciações e Amortizações	Saldo em 31.12.2023
Terrenos	142.765	-	-	(48.096)	-	94.669
Edificações e instalações	307.074	-	-	(104.559)	(9.075)	193.440
Obras em andamento	63.477	-	20.608	(14.129)	-	69.956
Provisão para redução ao valor recuperável	(10.868)	(3.892)	-	-	-	(14.760)
Total	502.448	(3.892)	20.608	(166.784)	(9.075)	343.305

- (i) As baixas nos saldos de terrenos, edificações e obras em andamento, referem-se a cisão parcial de ativos, dos galpões Dutra III, Brasília e São Bernardo do Campo II, aprovada em 31 de outubro de 2023 conforme nota explicativa nº1.
- (ii) As baixas nos saldos de terrenos, edificações e obras em andamento, referem-se a cisão de ativos, do galpão Itatiaia, aprovada em 19 de dezembro de 2024 conforme nota explicativa nº1.

Todas as propriedades para investimento da Companhia são mantidas sob direito de propriedade plena.

A Companhia anualmente estima o valor justo das propriedades para investimento, conforme demonstrado a seguir:

Valor justo	31.12.2024	31.12.2023
Propriedades para investimentos	202.621	465.541

Em 2024 e 2023, o valor justo das propriedades para investimento foi estimado com base em avaliações realizadas trimestralmente pelos especialistas internos e compara semestralmente com as avaliações efetuadas pela empresa Cushman & Wakefield. O valor justo dos imóveis não foi determinado em transações observáveis no mercado devido à natureza dos imóveis e a ausência de dados comparáveis, tendo sido aplicado um método de avaliação segundo a recomendação do International Valuation Standards Committee (Comitê de Normas Internacionais de Avaliação), o fluxo de caixa descontado.

De acordo com o método do fluxo de caixa descontado, o valor justo é estimado utilizando as premissas referentes aos benefícios e passivos da titularidade em relação à vida dos ativos, incluindo valor de saída ou final. Esse método envolve a projeção de fluxo de caixa individualizado para cada galpão. Para o fluxo de caixa descontado é aplicada uma taxa de desconto derivada do mercado para constituir o valor presente do fluxo de receita associado com ativo. A taxa de desconto é extraída do relatório de FMV preparado pela Cushman & Wakefield com base na metodologia de valuation própria e pautada no RICS, pesquisas de mercado, bases de dados internas e informações enviadas pela companhia a respeito do ativo como contratos e especificações técnicas. A taxa final é normalmente apurada separadamente e difere da taxa de desconto. Adicionalmente, as taxas de capitalização também foram obtidas nas avaliações internas, os quais consideraram a perpetuidade do imóvel.

A duração do fluxo de caixa e a época específica de fluxo de entrada e saída são determinadas por eventos tais como revisões de aluguel, renovação de arrendamento e correspondente relocação, readequação ou reforma. A adequada duração é geralmente determinada pelo comportamento de mercado, característico da classe de imóveis.

Aumentos (reduções) significativos no valor de aluguel estimado e crescimento de aluguel por ano isoladamente resultariam em valor justo significativamente mais alto (mais baixo) das propriedades. Aumentos (reduções) significativos em taxa de vacância de longo prazo e taxa de desconto (e taxa final) isoladamente resultariam em valor justo mais baixo (mais alto).

A Companhia não tem restrições sobre a capacidade de realização de sua propriedade para investimento. Sem obrigações contratuais, pode comprar, construir ou desenvolver propriedades para investimentos ou para reparações, manutenções ou melhorias.

As taxas de desconto utilizadas no cálculo do fluxo de caixa (DFC) para os imóveis construídos foram elaboradas partindo de uma taxa de juros em uma aplicação livre de risco, mais prêmios de risco de mercado (localidade, valor de aluguel, rating do locatário do imóvel) e estão demonstradas abaixo:

	31.12.2024	31.12.2023
Taxa de desconto	10,00% a 10,25%	7,25% a 9,25%
Taxa de capitalização	9,75% a 10,25%	8,25% a 8,75%

As propriedades para investimentos foram dadas em garantia em uma operação de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI).

A mensuração do valor justo de todas as propriedades para investimento foram classificadas como Nível 3 com base nos inputs utilizados.

10 Contas a pagar

	31.12.2024	31.12.2023
Contas a pagar (i)	13.320	11.121
Retenções técnicas(ii)	62	506
Provisões diversas	133	132
Contas a pagar por aquisição de terreno (iii)	<u>21.619</u>	<u>20.383</u>
Total	<u>35.134</u>	<u>32.142</u>

- (i) Refere-se ao saldo de fornecedores de materiais e serviços a serem pagos em relação a obra de construção da propriedade para investimento.
- (ii) Refere-se à serviços prestados relacionados as obras.
- (iii) Refere-se a retenção contratual de terreno adquirido, a Companhia possui esta obrigação, no entanto, houve a necessidade de realizar reparos sobre o bem adquirido e com isso a Companhia aguarda aprovações pelos órgãos competentes para concluir o montante total de suas obrigações, tal demanda está sendo discutida judicialmente com os antigos proprietários e foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da Companhia até a decisão final.

11 Partes relacionadas (contas a pagar)

	31.12.2024	31.12.2023
Contas a pagar - GLP Q (a)	<u>-</u>	<u>157</u>
Total	<u>-</u>	<u>157</u>

- (a) Refere-se a gastos com estudos de projetos de arquitetura, reembolsado no decorrer do ano de 2024.

12 Empréstimos e financiamentos

	Taxa	Vencimento	31.12.2024	31.12.2023
Debênture (a)	1,35% a.a. + CDI	20/12/2030	181.689	314.838
Custo de Transação			<u>(2.732)</u>	<u>(3.193)</u>
Total			<u>178.957</u>	<u>311.645</u>
Circulante			21.548	30.152
Não circulante			157.409	281.493

- (a) Em 6 de dezembro de 2019, a Companhia (“Emissora”) realizou junto ao Banco Bradesco S.A. a 1ª emissão de debêntures públicas com esforços restritos, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final total em 20 de dezembro de 2030, tem em garantia a cessão de recebíveis e alienação fiduciária de ações. O montante total da emissão foi de R\$370.000. A remuneração dos investidores será pela variação de 1,35% a.a. + CDI.

Não há cláusulas de “covenants” financeiros sobre os empréstimos. Em 31 de dezembro de

2024 e 2023, os covenants não-financeiros das operações encontram-se atendidos pela Companhia.

Cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos não circulantes

	31.12.2024	31.12.2023
2025		32.948
2026	23.973	37.403
2027	26.849	41.858
2028	31.161	48.541
2029	33.462	52.106
A partir de 2029	41.964	68.637
Total	<u>157.409</u>	<u>281.493</u>

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	31.12.2024	31.12.2023
Saldo no início do exercício	311.645	333.967
Juros apropriados	23.788	44.366
Pagamento - principal	(132.778)	(22.044)
Pagamento - juros	(24.160)	(45.106)
Custo de transação	462	462
Saldo no fim do exercício	<u>178.957</u>	<u>311.645</u>

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa por entender que essa classificação está alinhada com o seu modelo de negócios.

13 Adiantamento de clientes

	31.12.2024	31.12.2023
Adiantamentos de Clientes	1.554	16.044

Refere-se à reembolso de reforma conforme rescisões de contratos.

14 Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

Movimentação dos Juros sobre Capital Próprio e Dividendos

	31.12.2023
Saldo no início do exercício	14.222
JCP pagos	(6.386)
JCP provisionados	-
Dividendos pagos	(7.836)
Saldo no fim do exercício	<u>-</u>

15 Provisão para riscos fiscais e cíveis

	31.12.2024	31.12.2023
Contingências fiscais	770	676
	770	676
Movimentação Contingências	31.12.2024	31.12.2023
Saldo Inicial	676	604
Incremento de provisão	94	94
Reversão de provisão	-	(22)
Total	770	676

Em 31 de dezembro de 2024, há contingências classificadas como probabilidade de perda possível no montante de R\$3.839 (R\$3.129 em 2023) de natureza fiscal e R\$102.805 (R\$ 72.397 em 2023) de natureza cível.

16 Passivo a descoberto (Patrimônio líquido)

Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social está representado por R\$ 111.696, correspondentes a 111.695.982 ações (R\$ 20.465 em 2023). Desse montante, R\$ 49.098 correspondentes a 49.097.976 ações estavam totalmente integralizadas (R\$16.121, correspondentes a 16.121.230 ações em 2023). Foram integralizados em 2024 o montante de R\$ 141.744 (R\$ 59.126 em 2023).

Em 29 de outubro de 2021 foi aprovado em assembleia geral extraordinária o aumento de Capital de até R\$85.000, correspondente a 85.000.000 ações, sendo que R\$59.126 foram integralizadas em 2023 (R\$16.894 em 2022) e o restante serão integralizadas até 31 de dezembro de 2059.

Em 27 de julho de 2023 foi aprovado em assembleia geral extraordinária a incorporação ao capital social da Companhia das reservas de lucros, no montante de R\$ 22.916, correspondente a 22.914.430 ações, consequentemente, o capital social passa de R\$ 151.452 representado por 151.451.969 ações, para R\$ 174.368, representado por 174.366.399 ações.

Em 31 de outubro de 2023, em ata de assembleia geral extraordinária, aprovam em todos os seus termos, o protocolo e justificação de cisão parcial da Companhia, com a incorporação da parcela cindida pela incorporadora e o laudo de avaliação elaborado pela empresa especializada, com base no balanço patrimonial, levantado em 01 de outubro de 2023, o qual atribuiu à parcela cindida no valor de R\$ 153.903. Aprovaram a redução do capital social em decorrência da cisão parcial, no valor de R\$ 153.903, mediante o cancelamento de 153.903.326 ações. O Capital social passa a ser R\$ 20.465, dividido em 20.463.073 ações.

Em ata de assembleia geral extraordinária realizada em 16 de janeiro de 2024, foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$200.000 correspondente a 200.000.000 ações nominativas, todas ordinárias e sem valor nominal a serem integralizadas em moeda corrente

nacional até 31 de dezembro de 2023. No exercício de 2024 foi integralizado o montante de R\$ 27.853.

Em 19 de dezembro de 2024, em ata de assembleia geral extraordinária, aprovam em todos os seus termos, o protocolo e justificativa de cisão parcial da Companhia, com a incorporação da parcela cindida pela incorporadora e o laudo de avaliação elaborado pela empresa especializada, com base no balanço patrimonial, levantado em 01 de dezembro de 2024, o qual atribuiu à parcela cindida no valor de R\$108.767. Aprovaram a redução do capital social em decorrência da cisão parcial, no valor de R\$108.767, mediante o cancelamento de 108.767.090 ações. O Capital social passa a ser R\$ 111.696, dividido em 111.695.982 ações.

Acionista	Participação
GLP Investimentos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	100%

Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício e não deve exceder 20% do capital social ou 30% do capital social considerando as reservas de capital. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Em 2024 e 2023 não foi constituído reserva legal em função do prejuízo no exercício. (em 2022 foi constituído o montante de R\$ 597 de reserva legal).

Reserva de lucros

Estabelecida no Estatuto Social pelo saldo do lucro de cada exercício não destinado à constituição de reserva legal ou pagamento de dividendo mínimo obrigatório. Somente poderá ser utilizada mediante deliberação em Assembleia para pagamento de dividendos adicionais ou compensação de prejuízos.

Em ata de assembleia para aprovação de contas, do dia 28 de julho de 2023, foi aprovado a destinação do lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2022, o valor de R\$ 2.117 como reserva de lucro, R\$ 597 como reserva legal, R\$ 2.834 como dividendos a distribuir e R\$ 6.386 como juros sobre o capital próprio.

Em ata de assembleia do dia 17 de abril de 2024, na aprovação de contas de 2023, foi aprovado que o valor de R\$ 1.649 do resultado negativo será compensado com a reserva legal da Companhia.

Destinação do resultado do exercício

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das Companhias por Ações, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A destinação do resultado para o exercício findo é conforme segue:

	31.12.2024	31.12.2023
Prejuízo líquido do exercício	(17.609)	(18.794)
Absorção da reserva	-	1.650
Total	(17.609)	(17.144)
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	-
Reserva de lucros	-	-

Prejuízo básico e diluído por ação

	31.12.2024	31.12.2023
Prejuízo do exercício	(17.609)	(18.794)
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	208.726	135.588
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	(0,08)	(0,14)

17 Receita líquida

	31.12.2024	31.12.2023
Receita bruta de aluguel	23.491	57.132
Deduções da receita:		
Descontos concedidos	(760)	(5.940)
Impostos incidentes	(1.691)	(4.324)
Total	21.040	46.868

Em 2024, a Companhia possui um cliente que representa 98%, ou seja, R\$23.075 da receita líquida total. Em 2023, a Companhia possuía dois clientes que representam 39,00% e 20,00%, ou seja, R\$22.36 e R\$11.347 da receita líquida total.

18 Despesas gerais e administrativas

	31.12.2024	31.12.2024
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(9.160)
Despesa com condomínio/vacância	(1.237)	(1.592)
Serviços advocatícios, auditoria, contábil e consultoria	(2.431)	(1.449)
Manutenção predial e instalação	(738)	(517)
Publicações, propaganda e publicidade	-	(115)
(Provisão)/reversão perdas judiciais	(94)	(72)
Comissão	(12)	(63)
Outras despesas administrativas	(162)	(263)
Total	(4.674)	(13.231)

19 Resultado financeiro

	31.12.2024	31.12.2023
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimo e financiamento	(23.787)	(44.366)
Juros financeiros	(1.235)	(947)
Despesa com emissão e administração de empréstimo	(1.756)	(699)
Despesas bancárias	(2)	(2)
Outras despesas financeiras	(48)	(109)
Total das despesas financeiras	(26.828)	(46.123)

	31.12.2024	31.12.2023
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicação financeira	1.564	1.890
Juros recebíveis	10	524
Juros Selic	124	83
Total	1.698	2.497
Resultado financeiro líquido	(25.130)	(43.626)

20 Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil, conforme a seguir:

Imposto de renda e contribuição social correntes

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(29.033)	(22.627)
(x) alíquota nominal de	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	9.871	7.694
Efeito dos juros sobre o capital próprio	1.700	-
Outras adições	(395)	(2.719)
Depreciação/Amortização	893	(6.005)
Impairment	(5.061)	(1.323)
Custo com transação de empréstimos	(157)	(157)
Compensação de Prejuízo	163	1.692
Incentivos fiscais	26	-
Efeito Cisão	(7.397)	4.760
Correntes	(357)	(3.942)

Imposto de renda e contribuição social diferido

	31.12.2024	31.12.2023
Ativo		
Provisões diversas	11.245	12.251
Crédito sobre prejuízo fiscal	3.644	4.221
Impairment/comissão	29.646	14.776
Total	44.535	31.248
(x) alíquota nominal de	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	15.142	10.624
Passivo	31.12.2024	31.12.2023
Depreciação/Amortização (a)	(15.123)	(34.585)
Receita/Pis/Cofins diferido	-	(1.442)
Custo de Transação	(2.735)	(3.194)
Total	(17.858)	(39.221)
(x) alíquota nominal de	34%	34%

	31.12.2024	31.12.2023
Expectativa de IRPJ e CSLL	(6.072)	(13.335)
PIS e Cofins Diferido (b)	(109)	(149)
Diferido Passivo	(6.181)	(13.484)

- (a) Decorre da aplicação de alíquota menor na depreciação fiscal das propriedades para investimento.
- (b) Foram registrados em 31 de dezembro de 2024 um total de R\$ 109 (R\$ 149 em 2023) referentes a PIS e COFINS que compõem o total do saldo demonstrado na rubrica de Impostos diferidos passivos.

Movimentação IRPJ e CSLL diferido

	31.12.2024	31.12.2023
Provisões Diversas	342	(2.846)
Prejuízo/Base Negativa CSLL	195	(1.436)
Impairment/Comissão	(5.056)	(917)
Depreciação/Amortização	(6.617)	(2.604)
Receita/Pis/Cofins diferido	(489)	185
Custo de Transação	(156)	(157)
Saldo no fim do exercício	<u>(11.781)</u>	<u>(7.775)</u>

21 Instrumentos financeiros

Risco de crédito

As operações da Companhia compreendem a administração de locações de imóveis de renda em galpões, estando todos eles regidos por contratos específicos, os quais possuem determinadas condições e prazos, estando substancialmente indexados à índices de reposição inflacionária. A companhia adota procedimentos específicos de seletividade e análise da carteira de clientes, visando prevenir perdas por inadimplência. O risco de crédito é basicamente proveniente das contas a receber de clientes.

O contas a receber da Companhia é composto por clientes renomados no mercado, cujos contratos de locação, em sua maioria, são superiores a 10 anos.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Os limites de crédito são estabelecidos para cada um deles são revisados periodicamente. A provisão para risco de crédito é realizada quando o atraso fica superior a 90 dias e revisada trimestralmente.

A Companhia possui concentração de receita maior do que 90% em 1 dos 3 clientes ativos, para os quais monitora o fluxo de recebimento dos clientes e, havendo indicativos de alteração dos recebíveis, reavalia o risco de crédito da carteira.

A Companhia efetua operações com instituições financeiras de baixo risco avaliado por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito.

	31.12.2024	31.12.2023
Contas a receber e títulos e valores mobiliários	12.597	13.932
Total	<u>12.597</u>	<u>13.932</u>
Circulante	425	1.154
Não circulante	12.172	12.778

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Companhia trabalha com a política de caixa zero, ou seja, todos os seus recursos de caixa são gerenciados no FIP (acionistas) e em caso de necessidades de recursos o acionista realiza os aportes necessários.

Risco de gestão de capital

A GCP como co gestora, por meio do Fundo, administra o capital da Companhia para assegurar que a mesma possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos detalhados na Nota Explicativa nº 12, deduzidos pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa detalhado na Nota Explicativa nº 5). A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A dívida líquida da Companhia em relação ao passivo a descoberto (patrimônio líquido) está demonstrada a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Dívida bruta (Empréstimos e financiamentos circulante e não circulante)	178.957	311.645
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.750)</u>	<u>(3.837)</u>
Dívida líquida	<u>174.207</u>	<u>307.808</u>
Passivo a descoberto (patrimônio líquido)	(1.021)	(1.021)
Índice de dívida líquida sobre o passivo a descoberto (patrimônio líquido)	(170,62)	(301,47)

Categorias de instrumentos financeiros

	2024	2023	Classificação
Ativos financeiros:			
Caixa e equivalentes de caixa	4.750	3.837	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	12.172	11.624	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	<u>425</u>	<u>2.308</u>	Custo amortizado
Total	<u>17.347</u>	<u>17.769</u>	

Passivos financeiros:

Empréstimos e financiamentos	178.957	311.645	Custo amortizado
Contas a pagar	35.134	32.142	Custo amortizado
Contas a pagar – partes relacionadas	-	157	Custo amortizado
Adiantamento de Cliente	1.554	16.044	Custo amortizado
Total	<u>215.645</u>	<u>359.988</u>	

Classificação dos instrumentos financeiros por nível

	<u>Valor contábil</u>		<u>Valor justo</u>		
Ativos					
31 de dezembro de 2024					
Ativos financeiros mensurados ao valor justo					
Caixas e equivalentes	5	4.750	4.750	4.750	-
Títulos e Valores mobiliários	8	12.172	12.172	12.172	-
Total		<u>16.922</u>	<u>16.922</u>	<u>16.922</u>	<u>-</u>
Ativos					
31 de dezembro de 2023					
Ativos financeiros mensurados ao valor justo					
Caixas e equivalentes	5	3.837	3.837	3.837	-
Títulos e Valores mobiliários	8	11.624	11.624	11.624	-
Total		<u>15.461</u>	<u>15.461</u>	<u>15.461</u>	<u>-</u>

Risco de taxa de juros

As receitas e despesas da Companhia são afetadas pelas mudanças nas taxas de juros devido aos impactos que essas alterações têm nas despesas de juros provenientes dos instrumentos de suas dívidas (cuja grande maioria foi contratada com taxas variáveis) e das receitas de juros geradas a partir dos saldos de suas aplicações financeiras. A Companhia procura mitigar estes riscos através da manutenção da totalidade de suas disponibilidades financeiras aplicadas também a taxas variáveis, e de um cuidadoso monitoramento da evolução prospectiva dos indexadores aplicados a seus ativos e receitas (principalmente o IPCA), comparativamente aos aplicáveis a seus passivos (principalmente a TR).

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e não designam derivativos (“swaps” de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de “hedge” de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras, contas a receber e dívidas, ao qual a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, para os próximos 12 meses; e este definido como cenário provável, sendo calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta e despesa financeira”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2024 e 2023, projetando

um ano e verificando a sensibilidade do CDI, IPCA e IGP-M com cada cenário:

31 de dezembro de 2024

Operações	Risco	Valor	Cenário Provável 1 14,40%	Cenário 2 10,80%	Cenário 3 7,20%
Aplicações Financeiras	CDI	4.749	684	513	342
Títulos e valores mobiliários	CDI	<u>12.172</u>	<u>1.753</u>	<u>1.315</u>	<u>876</u>

Operações	Risco	Valor	Cenário Provável 1 5,50%	Cenário 2 6,88%	Cenário 3 8,25%
Debêntures	CDI	<u>(181.689)</u>	<u>(9.993)</u>	<u>(12.491)</u>	<u>(14.989)</u>
Impacto financeiro líquido		<u>(164.768)</u>	<u>(7.556)</u>	<u>(10.664)</u>	<u>(13.771)</u>

31 de dezembro de 2023

Operações	Risco	Valor	Cenário Provável 1 9,98%	Cenário 2 7,49%	Cenário 3 4,99%
Aplicações Financeiras	CDI	3.837	383	287	191
Títulos e valores mobiliários	CDI	<u>11.624</u>	<u>1.160</u>	<u>870</u>	<u>580</u>

Operações	Risco	Valor	Cenário Provável 1 3,90%	Cenário 2 2,93%	Cenário 3 1,95%
Contas a Receber	IPCA	<u>622</u>	<u>24</u>	<u>18</u>	<u>12</u>

Operações	Risco	Valor	Cenário Provável 1 3,03%	Cenário 2 2,27%	Cenário 3 1,52%
Contas a Receber	IGPM	<u>275</u>	<u>8</u>	<u>6</u>	<u>4</u>

Operações	Risco	Valor	Cenário Provável 1 9,98%	Cenário 2 12,48%	Cenário 3 18,71%
Debêntures	CDI	<u>(314.839)</u>	<u>(31.421)</u>	<u>(39.276)</u>	<u>(58.914)</u>
Impacto financeiro líquido		<u>(298.480)</u>	<u>(29.845)</u>	<u>(38.094)</u>	<u>(58.126)</u>

22 Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.